

Bancos não assinam o acordo

JOSÉ MEIRELLES PASSOS
Correspondente

O acordo provisório entre o Brasil e os seus credores privados para cobrir parte dos juros devidos este ano, e que vem sendo negociado há três meses, deveria ter sido concluído ontem com a assinatura de um contrato. Mas o acerto definitivo foi prorrogado por mais alguns dias, pois os bancos ainda não reuniram o dinheiro suficiente para emprestar ao Brasil e, assim, completar o pacote.

No início da tarde, o Diretor de Dívida Externa do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas, chegou a assinar o documento em que o Brasil se compromete a desembolsar US\$ 1,5 bilhão. Mas os banqueiros não compareceram com sua parcela, ou seja, um empréstimo de US\$ 3 bilhões para completar o total dos juros devidos pelo País. Quando Seixas chegou à sede do Citicorp, o Comitê Assessor dos Bancos Credores ainda não tinha em mãos as procurações dos bancos autorizando William Rhodes — o Presidente do Comitê — a assinar por eles. Havia apenas telegramas e cartas de intenções. Para que o contrato tenha validade, essas promessas terão de ser efetivadas nos próximos dias.

— O dinheiro brasileiro está aí. Mas ainda falta levantar o dos bancos — declarou um dos funcionários do Palácio do Planalto envolvidos na transação.



Num comunicado oficial divulgado pouco antes das 18h, o Comitê Assessor dos Bancos Credores disse que “o acordo começou a ser assinado hoje”, confirmando a versão brasileira em outros termos, ao admitir que “os comprometimentos dos bancos agora atingem a quase US\$ 3 bilhões”. O comunicado acrescentou que novos bancos expressaram sua vontade de juntar-se ao pacote, que “será efetivado em alguns dias”, dizia o comunicado, “e o primeiro de-

sempolço — que cobrirá os juros de outubro, novembro e primeira quinzena de dezembro (US\$ 1,2 bilhão) — será feito até o fim deste mês”.

Para que a situação seja resolvida, é necessário que se queiem três etapas. Primeiro, vem justamente a do comprometimento, ou promessa, dos bancos de contribuir para a formação do pacote. Depois, vem a assinatura do contrato e, finalmente, o desembolso do dinheiro.

O clima era de incerteza na sede



do Arnold and Porter, um grupo de consultoria de Nova York que assessora o Governo brasileiro nas negociações. Como se não bastasse o atraso para o fechamento do pacote, que deve saldar o débito referente a 1987, ainda havia dúvidas também quanto à negociação dos juros que vencerão em 1988 e em 1989.

— As negociações, na verdade, estão avançando com menos rapidez do que esperávamos e gostaríamos. Muito tempo foi consumido na pre-

paração do contrato interino — disse a mesma fonte. — Estamos tentando mostrar aos bancos a necessidade imperiosa de entrarmos em discussões mais substantivas.

O atraso no fechamento do pacote provisório complica mais essas conversas. Afinal, o acordo total terá de ser fechado até 15 de janeiro, e as negociações serão suspensas na próxima sexta-feira e retomadas apenas no dia 4 de janeiro. Restam, portanto, não mais de duas semanas para se chegar a um acerto que daria uma folga de dois anos ao Governo na administração da dívida externa.

Os próprios negociadores brasileiros, Fernão Bracher e Antônio de Pádua Seixas, refletiam esse clima de incertezas. Não deram qualquer declaração à imprensa, preferindo apenas conversar *off the record*, ou seja, sem que suas declarações pudessem ser mencionadas.

O Diretor da Área Externa do Banco Central, Carlos Eduardo de Freitas, fez uma exposição aos banqueiros ontem sobre as necessidades de financiamento brasileiro, voltando a insistir na tese de que o País necessitaria de US\$ 10,4 bilhões para resolver seus problemas, ou seja, para pagar os juros devidos entre 1987 e 1989. Hoje, ele deverá falar aos credores sobre as características dos bônus que o Brasil pensa emitir para transformar parte da dívida em investimentos no País.